

## **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UMA DISCUSSÃO DE GÊNERO**

Hosana Suelen Justino Rodrigues; Carla Dayanne Montenegro Honorato de Araújo

Universidade Federal de Campina Grande, UFCG-PPGCS, [suelenhosana@gmail.com](mailto:suelenhosana@gmail.com); Universidade Federal de Campina Grande, UFCG-PPGCS, [carladayanne@bol.com.br](mailto:carladayanne@bol.com.br)

**Resumo do artigo:** A discussão que envolve o gênero e suas inter-relações é bastante complexa. Analisamos a seguir, a interrelação da violência contra a mulher discutindo o conceito de gênero, questionando de forma pontual a situação da mulher como vítima e como agente que proporciona violência. Além disso, nos propomos a abordar como a educação escolar pode ser um instrumento importante para disseminar o entendimento das relações de gênero e dos direitos humanos.

**Palavras chaves:** Gênero; Violência de gênero; educação de gênero.

### **INTRODUÇÃO**

No âmbito das discussões de gênero percebemos o uso, muitas vezes, indiscriminado do termo violência contra a mulher. Noticiários, programas de televisão, postagens em redes sociais e conversas cotidianas trazem sempre elementos que demarcam as diferentes performances das percepções do uso da violência contra a mulher. É necessário, porém, analisar que as mulheres possuem agência nas suas relações sociais que elas não são apenas vítimas, devemos falar em mulheres em situação de violência, ao invés de “mulheres vítimas de violência”. Diante disso, este artigo pretende contribuir na discussão da dissolução do pensamento binário sobre as relações de gênero, nos pares: homem/mulher e público/privado. Pensando como o comportamento na sua forma de pensar, sentir e agir de homens e mulheres estão mudando ao ponto de em determinadas situações não termos mais como definir comportamentos típicos de homens e de mulheres. As figuras do homem provedor e da mulher passiva do âmbito da produção econômica começaram a ser desconstruídas, por isso, adotamos a categoria patriarcado para dar conta das situações específicas que envolvem violência contra a mulher. A fim de quebrarmos a ideia que determinadas ações de violência são do homem contra a mulher.

### **SITUANDO A VIOLÊNCIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

Folheando o dicionário de sociologia de Boudon, no verbete sobre o conflito, descobrimos que este é uma das manifestações humanas mais presentes na dinâmica da vida social. Nos estudos sociológicos encontramos análises de conflitos entre as instituições sociais,



grupos específicos, países, atores sociais peculiares, todos guiados por uma ou diversas razões, podendo ser estas de ordem política, religiosa, pessoal, material, econômico e assim por diante.

Em parte, o conflito se torna presente em toda relação social por causa da distribuição desigual da autoridade. Em nossas relações sociais estamos sempre disputando melhores posições sociais, e por isso entramos em conflito. As relações de gênero não fogem a essa regra. O conflito marca a rotina familiar. Ele vem à tona se um dos envolvidos quiser impor a sua vontade, ainda que exista resistência por parte do outro. As relações conflituosas estão intrinsecamente ligadas com o exercício do poder. Uma vez que este pode ser definido como a produção dos efeitos e expectativas almeçadas por quem detém prestígio e reconhecimento social. Dessa sorte, temos que o conflito, assim como o poder, são elementos constitutivos da sociedade, sem que representem uma dimensão que ameace a integração social.

A violência é discutida por Georg Simmel por meio das relações conflituosas. O conflito tem um lugar importante na sociedade, ele é construtor das relações e não destruidor. A força criativa do conflito promove um efeito unificador nas interações sociais entre os indivíduos, deixando os elos entre os indivíduos mais fortes, deste modo ele pode ser indicado como um instrumento de regulação social. Nas relações entre homens e mulheres, e também entre seus pares, o conflito é um instrumento socializador que demarca as diferenças de poder. Por meio do entendimento do conflito há a possibilidade de analisarmos as mudanças sociais.

Estratégias de dominação e de resistência são expressões de poder. Todo ser humano ostenta alguma forma de poder, como afirma Michel Foucault, ele está em todos os lugares. Deste modo, homens e mulheres interagem num emaranhado de relações de poder. Essas manifestações do poder muitas vezes passam despercebidas pelas mulheres. A percepção dessas manifestações se dificulta, dado que estas não se expressam apenas fisicamente, mas no conjunto de coerções físicas, mentais e materiais que um indivíduo ou grupo mantém sobre outro, o fato que leva a realizar o dominado as aspirações de quem detém o poder. Contudo, o exercício do poder somente é possível mediante a legitimação do mesmo por parte da sociedade.

Segundo Norbert Elias (2001) a sociedade é formada a partir de figurações sociais. Que é uma teia de relações de indivíduos interdependentes que estão ligados entre si. Esta rede possui diversos níveis e intensidades. As interações nestas redes de indivíduos interferem noutras relações sociais tanto nas esferas mais amplas, quanto na esfera micro. Estas relações possuem dinâmica própria e possui a tensão como componente que mantém a dinâmica dos fios em interação.



O poder elisiano encontra-se no exercício que ocorre pelo controle de um grupo social sobre coisas, objetos, situações, oportunidades e pessoas. Ele é representado pela tensão nos fios da rede. No equilíbrio instável de forças sociais. Assim como houve na transição da sociedade de corte para as relações burguesas podemos apontar que as relações entre homens e mulheres se transformam de acordo com as mudanças nas estruturas sociais. Assim, tanto para Elias como para Foucault, o poder é visto de forma relacional, presente nas interações entre os indivíduos refutando a ideia de que ele é algo localizado, estático e somente repressor, e que pertence apenas a uma parte da sociedade.

Heleieth Saffioti traz uma abordagem diferenciada que problematiza a violência de gênero. No Brasil ela foi uma pioneira em discutir o termo. Aponta a banalização deste fenômeno, e define a violência de forma mais ampla incluindo todas as instâncias em que circulam e afetam a mulher. Diferencia a violência doméstica como a que ocorre dentro do espaço da casa, englobando as relações conjugais e de parentesco. Ela atenta ainda que a violência doméstica não pode ser usada como sinônimo da violência familiar, pois esta diz respeito aos conflitos entre os membros da família, podendo ocorrer dentro do espaço doméstico ou em outros ambientes. A violência de gênero, portanto, é algo mais amplo. Ela pode ser vivenciada entre homens e mulheres e entre mulheres e mulheres e entre homens e homens em qualquer espaço social, tanto na família como no trabalho, lazer, entre outros.

No livro *Gênero, patriarcado e violência*, Saffioti aborda o uso do conceito de patriarcado para definir as situações de violência contra a mulher especificamente. Pois para a autora não devemos confundir violência de gênero como uma abordagem exclusiva dos homens contra as mulheres. Assim, o uso do termo patriarcado se refere apenas as situações em que envolvem apenas a violência praticada dos homens contra as mulheres. Deixando os outros vieses para ser analisados pelo conceito de violência de gênero. Para termos didáticos discutiremos o conceito de gênero para em seguida problematizarmos as mulheres em situação de patriarcado.

## COMPLEXIDADE DA CATEGORIA DE GÊNERO

A categoria gênero sugere relações conflituosas entre homens e mulheres. Ela nos convida a dirigir nosso olhar crítico sobre o masculino e o feminino para identificar neles os aspectos que foram atribuídos a cada um em determinado contexto social. Deste modo, entendemos que a categoria gênero abarca uma série de regras e de identidades sociais de



homens e mulheres que se modificam ao longo dos tempos. A categoria gênero nos permite pensar a oposição da vivência política e social do indivíduo em oposição do “sexo” que é dado biologicamente (BUTLER, 2003).

As instituições sociais, a começar pela família, escola, o Estado, a igreja, entre outras, são as responsáveis pelo processo de socialização da identidade de gênero e de geração das crianças. O uso do conceito gênero como uma categoria descritiva de análise, usada por muitos historiadores e feministas conforme nos mostra Joan Scott (1990), se restringe a afirmar que as relações entre os sexos são sociais e descrevem os casos relativos às mulheres sem, portanto, criticar os paradigmas históricos e políticos existentes, para Scott, o uso da categoria gênero, além de não explicar porque as relações de gênero se constroem de tal forma, silencia enquanto ao por que funcionam ou mudam essas formas de relação entre os sexos.

A definição de gênero de Joan Scott (1990) se tornou clássica. Para a autora, o gênero se refere a uma categoria relativa de análise que é relacional, ou seja, não se pode falar de mulheres sem se referir aos homens em sua análise.

O destaque que modificou a forma de interpretar o conceito de gênero veio com a informação de que o gênero é construído socialmente, que esse denota um aprendizado que modela os significados para as diferenças corporais. Mas, o quê devemos entender por construção? Podemos aceitar qualquer coisa como construção social do gênero? Na busca pela interpretação da construção de gênero devemos atentar para estes significados e significações que os elementos culturais exercem sobre o subjetivo dos indivíduos, moldando as suas identidades. Nas palavras de Scott:

Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. Se utilizarmos a definição de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas. (SCOTT, 1990:84)

Dessa forma, fica o desafio de refletir sobre as variações e significados do “ser homem” e do “ser mulher.” O termo gênero reflete as relações sociais, contudo, ele por si não explica as construções, o funcionamento e as modificações ao longo dos tempos e espaços.

Para Scott (1990) são quatro elementos que compõem o gênero: a identidade subjetiva, que deve ter um referencial histórico e não unicamente psicológico; a percepção política e as instituições sociais; a noção de que gênero se baseia no sexo, mas não é determinado por ele; e por último que ele é uma forma de representação de poder. Esses quatro elementos não podem



ser dissociados entre si, mas também não podem ser vistos como reflexos simultâneos uns dos outros. Entretanto, numa análise devemos nos remeter a todos estes elementos a fim de explicar a constituição do gênero e como ele é construído, porque se modificam, além de privilegiar a verificação da relação entre eles. As mudanças nas relações sociais são alterações nas relações de poder.

A partir destas observações de Scott (1990), optamos por olhar para as mulheres como uma categoria que contém mulheres diferentes. Para Maria Pedro (2005), “mulher” é diferente de “mulheres”. O primeiro termo seria referente a uma especificidade histórica e social de uma forma de “ser mulher”, enquanto que o segundo fornece o sentido de agrupar todas as possíveis representações de mulheres, em oposição ao “ser homem”.

Sendo assim, existem diferenças internas na categoria “mulheres”. Devemos ser competentes de formular um conceito de “mulher” capaz de dar conta das semelhanças e das diferenças que se cruzam dentro desta categoria. Uma das possíveis formas é a de perceber que o corpo se torna uma variável cujo sentido e importâncias são reconhecidas como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. Além disso, nos desperta para a importância de que o conceito de “mulher” está agregado a um movimento político, e por isso, ele deve refletir as diversidades dos sentidos de ser mulher de todas as mulheres, pois mulher além de tudo é um conceito político.

Conceber a categoria “mulheres” dentro de um arcabouço político equivale representar democraticamente estas mulheres, além de abarcar as interpretações da mulher pelo que esta se sente como mulher. O conceito, portanto, deve ser democrático, ou seja, acessível e representativo de todas as mulheres. Deste modo, a análise de categoria “mulher” deve vir atrelada ao jogo de significações e sentidos diversos dentro desta categoria. É nesta perspectiva que nos apoiamos para desenvolver a análise das “mulheres”. Tal análise deve estar relacionada com o contexto, espaço e conjunto de significações específicas.

## VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Nessa parte do nosso trabalho buscaremos apresentar um panorama, de forma suscinta, de duas distintas correntes teóricas que abordam a temática da violência contra as mulheres no Brasil a partir da década de 1980.



A primeira corrente de grande influência na orientação de trabalhos sobre violência de gênero corresponde ao artigo de Marilena Chauí, intitulado *Participando do debate sobre mulher e violência*. A referida filósofa, neste trabalho, concebe a violência contra as mulheres como resultado de uma ideologia de dominação masculina que é, ao mesmo tempo, produzida e reproduzida por homens bem como por mulheres. Ou seja, a filósofa define violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas como o intuito de dominar, explorar e oprimir. Na relação de violência o ser dominado é tratado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, sua liberdade, entendida aqui como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (CHAUÍ, 1985: 36).

Nessa perspectiva, Chauí concebe a violência contra as mulheres como consequência de uma ideologia que define a condição “feminina” como inferior à condição “masculina” desembocando em desigualdades hierárquicas que se impõem por meio de discursos masculinos sobre a mulher, os quais se direcionam, também, ao corpo da mulher. O discurso masculino sobre o corpo feminino define a feminilidade através da capacidade da mulher reproduzir. Naturaliza a condição “feminina” que se manifesta na maternidade, bem como na ideia de corpo frágil (ou sexo frágil), construindo os alicerces para a diferenciação entre papéis femininos e masculinos, papéis esses que propiciam desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres. Nas palavras da própria autora: “definida como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), [as mulheres] são definidos como seres *para os outros* e não seres com os outros” (CHAUÍ, 1985:47)

Marilena Chauí revela que, ao contrário do sujeito masculino, o sujeito feminino é sempre um ser “dependente”, desprovido de liberdade para pensar, querer, sentir e agir, ou seja, um ser sem autonomia. É nesse sentido que para Chauí as mulheres são “cúmplices” da violência e contribuem para a reprodução de sua “dependência” porque são “instrumentos” da dominação masculina. No entanto, é preciso frisar, as mulheres são cúmplices, mas sua cumplicidade não se baseia em escolha ou vontade. São coniventes da violência e cooperam para sua reprodução porque são “instrumentos” da dominação masculina.

Na contra corrente dessas ideias, a perspectiva feminista do patriarcado, introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti, relaciona a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. A questão de gênero, da opressão às mulheres, é tratada como parte constituinte de um sistema baseado na exploração do ser humano pelo próprio ser humano. De acordo com Saffioti:



O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p.50).

Comumente se emprega a expressão violência doméstica como sinônimo de violência familiar e também como violência de gênero. Entretanto, segundo Saffioti, a violência de gênero é o conceito mais amplo que engloba vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, ou seja, o conceito de gênero é aberto. Já o conceito de patriarcado coloca em evidência o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens<sup>1</sup>. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, as desigualdades entre homens e mulheres. Na maioria das vezes, a hierarquia é apenas inferida. É por essa razão que Saffioti destaca a necessidade de não encobrir o nome da dominação masculina – patriarcado – evitando a naturalização da dominação-exploração.

A dominação, em termos heurísticos, pode ser situada nos campos político e ideológico, e a exploração relegada ao terreno econômico. Entretanto, para Saffioti, a exploração e a dominação não são processos diferentes, por essa razão utiliza o conceito de dominação-exploração ou exploração-domação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com suas duas dimensões: a da dominação e a da exploração, como um único processo. Cabe destacar que nesse sistema de dominação o maior beneficiado é o homem branco, rico e adulto.

A ideologia machista, que ampara esse sistema, socializa os homens e mulheres de forma diferenciada. Os homens são socializados para dominar as mulheres, e estas são socializadas para se submeter ao “poder do macho” (ao poder do pai e depois do marido). São docilizadas desde cedo por uma educação que as desfavorece e as submete a um regime de submissão e pouca autonomia. Em nome da “sagrada família” devem aceitar todo tipo de violências para a preservação dessa instituição sublime.

É nesse sentido, dado a sua formação de macho dominador, que muitas vezes o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, também devido a sua educação, submete-se as

---

<sup>1</sup> “A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original (...) o pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal- isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres-, e também é sexual no sentido de estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres” (PATEMAN, 1993 Apud Saffioti, 2015: 56-57). Nesse caso a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a desembocar em liberdade ou sujeição.



vontades do macho e toma esse destino como “natural”. Entretanto, ao contrário de Marilena Chauí, a perspectiva de Saffioti rejeita a ideia de que as mulheres sejam “cúmplices” da violência. Embora as conceba como “vítimas”<sup>2</sup>, a autora as define como “sujeito” dentro de uma relação desigual de poder com os homens. Ou seja, as mulheres se submetem à violência não porque “consintam”: elas são forçadas a “ceder” porque não têm poder suficiente para consentir.

Seguindo a perspectiva de Saffioti, entendemos violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional e moral. No entanto, em se tratando de violência de gênero os limites são muito tênues entre a quebra da integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado pelas mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos (SAFFIOTI, 2015: 79-80). Por esta razão, trabalharemos com o conceito de direitos humanos, destacado por Saffioti, no qual a violência diz respeito a todo agenciamento capaz de violá-los. Nessa perspectiva dos direitos humanos o respeito ao outro constitui o ponto basilar de uma nova concepção de vida em sociedade.

### **Gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos**

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, em seu artigo 6º estabelece que a educação é um direito de todas e todos e que o Estado deve assegurar as condições para o acesso e permanência escolar. No entanto, pesquisas recentes, oriundas dos mais diversos campos disciplinares, mostram que determinados grupos da população são continuamente afastados das escolas (LOURO, 2003; Castro & Abramovay, 2003).

As investigações apontam as discriminações de gênero como causas para processos de exclusão escolar. As pessoas que não se enquadram em padrões de feminilidades, masculinidades e orientações sexuais encaradas como “normais”, ou centrais<sup>3</sup>, a partir da ótica dos padrões sociais dominantes, são recorrentemente expostas, no âmbito escolar, a violações de direitos, agressões (físicas e verbais) e discriminações de todo tipo.<sup>4</sup> Nesses casos as diferenças convertem-se em desigualdades.

<sup>2</sup> Isso não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seus parceiros. Isto também não impede que haja mulheres violentas. No entanto, são muito raras, dada a supremacia masculina e sua socialização para a docilidade (SAFFIOTI, 2015: 77). Isto é, as mulheres não têm um projeto de dominação-exploração dos homens.

<sup>3</sup> Afastar-se do padrão significa buscar o desvio, sair ao centro, tornar-se excêntrico. A posição central é considerada a posição não problemática; todas as outras posições dos sujeitos estão de algum modo ligadas e subordinadas a ela (...) Os sujeitos e as práticas que não ocupam este lugar recebem as marcas da particularidade, da diversidade e da instabilidade (...) A identidade masculina, branca, heterossexual deve ser, supostamente, uma identidade sólida, permanente, uma referência confiável. (LOURO, 2003: 46)

Apesar dos avanços, nos últimos anos, sobre a discussão de gênero, sobretudo nos círculos acadêmicos<sup>5</sup>, a violência de gênero na sala de aula e no ambiente escolar ainda permanece pouco visível. Para lidar com essa questão é essencial que governos, a sociedade civil e outros parceiros se envolvam mais nesse debate.

Guacira Louro (2003) adverte que gênero é uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se deseja elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto das hierarquias e desigualdades delas resultantes. A autora defende o ponto de vista de que nada é “natural”, ou seja, nada está dado de antemão, toda verdade (inclusive a rotulada de científica) é parcial e provisória e resulta de disputas travadas em diversas esferas do social e da cultura e, portanto, pode, por isso, ser questionada<sup>6</sup>.

É nesse sentido que cabe aos educadores e educadoras o papel de investir em projetos educacionais que possibilitassem ampliar os focos usuais dos processos de ensino-aprendizagem vigentes: da busca por respostas prontas para o desenvolvimento da capacidade de elaborar perguntas; das certezas para a dúvida; o enfoque num processo que estimule a “desnaturalização”<sup>7</sup> dos fenômenos sociais que aprendemos a tomar como dados (LOURO, 2003). A escola deve ser um local, também, de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento.

Assim, a educação têm um papel estratégico para a diversidade. É um instrumento essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e defrontar toda a sorte de preconceito, discriminação e violência no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade. A escola, em especial a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos á diferenças. Pois, embora leis sejam importantes<sup>8</sup>, elas não solucionam definitivamente o problema da

<sup>4</sup> A violência de gênero relacionada ao ambiente escolar inclui assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física, além do bullying. A violência de gênero pode gerar, além da desistência escolar, baixa autoestima, depressão, gravidez e infecções sexualmente transmitidas; todos elementos que têm impacto negativo na aprendizagem e no bem-estar.

<sup>5</sup> Cf. Butler, 2015; Chauí, 1985; Scott, 1990; Saffioti, 2015; Nicholson, 2000; Louro, 2003.

<sup>6</sup> “Ela (a ciência) foi feita por homens – homens brancos ocidentais da classe dominante- os quais supostamente fizeram as perguntas e deram as respostas que interessavam a todas as pessoas” (LOURO, 1997: 143).

<sup>7</sup> Na nossa sociedade a naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como estando inscrito no corpo do homem fazem parte das tecnologias de gênero que precisam ser des-naturalizadas.

<sup>8</sup> Apesar dos avanços legais, como a sanção da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher ainda é uma realidade latente no Brasil.



violência contra a mulher, porque somente um esforço educativo pode disseminar valores de igualdade e respeito. É por essa razão que discutir gênero nas escolas é importante e urgente: afinal, o papel da escola não é somente preparar os alunos para provas, vestibulares e para o mercado de trabalho, mas também propagar a cidadania e a responsabilidade social para professores, coordenadores, funcionários, alunos e suas famílias.

Em uma perspectiva inclusiva, políticas educacionais que correlacionem gênero, orientação sexual e sexualidade não devem se restringir à dimensão, de todo modo importante, dos direitos à saúde sexual e reprodutiva. É preciso ir além, muitas vezes, partindo de diferentes pressupostos. Dessa forma, ao falar em diversidade sexual é necessário situar questões relativas a gênero, orientação sexual e sexualidade no terreno da ética e dos direitos humanos, vistos a partir de um ângulo emancipador. Assim fazendo, impede discursos que relacionam tais questões a doenças ou a ameaças a uma suposta normalidade. Igualmente afasta tanto posturas naturalizantes como atitudes em que o cultural passa a ser abrigado ou rejeitado de forma simplista.

Assim, a igualdade de gênero deve ser discutida no âmbito dos direitos humanos, abordando o respeito entre as pessoas e garantindo o direito a sua identidade de gênero, racial e pertencimento religioso. Portanto, discutir gênero na escola é um excelente instrumento para promover a equidade e combater os altíssimos números de feminicídios, violência doméstica, estupros, assédios, bem como destimular a desigualdade salarial e outros males que se amparam na cultura machista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em certa medida, a dinâmica das relações sociais de família e de gênero tem passado por um processo bastante significativo de mudanças. Podemos apontar como o começo desse processo o movimento das “mulheres” na revolução francesa, movimento esse que alcançou seu ápice nas marchas do movimento feminista espalhadas pelo mundo. Como expressão do auge desse processo podemos destacar os anos de 1960, os quais são considerados um marco para a compreensão das relações de família e de gênero. Na década de 1960 as feministas surgem como um movimento social que reivindica melhorias de vida para as mulheres. Com isso, gera-se uma



discussão em torno da invisibilidade do trabalho doméstico e as mulheres começam a entrar nos bastidores das lutas sociais por melhores espaços dentro do mercado de trabalho, da cultura e da política, ao mesmo tempo em que alcançaram maior liberdade sexual e maiores possibilidades de transformação da sua identidade. Para isso houve várias manifestações das mulheres para conseguirem melhores condições de vida, de trabalho, de liberdade, entre outras.

As teorias feministas mudaram a forma de ver a família e dela retirar objetos de análise. A partir desta premissa passam a perceber a família como um lugar de relações de poder e de dominação, apontando-a como uma construção desigual e hierarquizada. Essa nova compreensão da família incluiu o espaço profissional do trabalho da mulher.

Sem dúvida, a inclusão da mulher para satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, afetou a dinâmica da vida familiar. No entanto, a divisão desigual da renda social e a atribuição das tarefas domésticas às mulheres como responsabilidades femininas continua. Mas, o que se percebe é que a experiência de transitar por outros espaços sociais, como os de trabalho, suscita nas mulheres a consciência de perceber-se em condições de desvantagem em relação aos seus maridos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDON, Raymond. Dicionário de sociologia. Verbetes: conflito. Tradução de António J. Pinto Ribeiro, Publicações dom Quixote, Lisboa, 1990

BUTHER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. "Participando do Debate sobre Mulher e Violência". In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M. "Marcas de gênero na escola: sexualidade e violências/discriminações". In: Seminário sobre gênero e educação: educar para a a igualdade. São Paulo: Coordenadoria especial da Mulher; Conselho Britânico; Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; Faculdade de Educação da USP, 2003.

CORRÊA, Marisa. O sexo da dominação. In: Novos estudos CEBRAP, n.54, julho de 1999.

ELIAS, Nobert. Sociedade de corte. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2001.

FOUCAULT. Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: edições Graal, 2011.



LOPES, Guacira. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: vozes, 1997.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. "Interpreting Gender em Linda Nicholson, The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern (p. 53-76). Copyright 2000 Cornell University, Reproduzido ao português com permissão da Ed editors, Cornell University Press.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. O gênero como categoria útil de análise. Recife, SOS\CORPO, 1990.  
Era, 1990.

SANTOS, Cecília; IZUMINO, Wânia. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. Revista E.I.A.L, 2005.

SIMMEL, Georg. Le Conflit. Paris: Editions Circe, 1995.